

# Poder Político e Democracia

20 DEZ 1988

João Gilberto Lucas Coelho

O Brasil apresenta, no momento, uma dramática resistência de forças diversas à idéia de que o poder político, originário da soberania popular, seja o centro das decisões.

Esta intransigência antidemocrática começou com a reeleitura imediata da Constituição. Os personagens do poder constituinte elaborador da nova Carta ainda estão aí; os debates são recentes e se conhecem as posições de cada um, as negociações, os motivos que levaram aos dispositivos aprovados. Porém, o próprio poder constituído passa a ler certos princípios e artigos da Constituição contra o seu sentido, na mão oposta à do espírito de legislador. Repete-se uma pretensão formalista que há décadas impede o verdadeiro Estado de Direito entre nós; atribui-se à vírgula mal colocada a capacidade de dizer tudo ao contrário do que, se sabe, pretendia o legislador estatuir.

Fica-se naquele impasse: a Constituição diz claramente, mas, não é bem assim... E depois vão reclamar de que culpada é a população, quando as leis não pegam. Faltam no Brasil autoridades civis e militares que realmente sejam legalistas e submetam seus instintos e interesses às leis, quando estas são originárias da representação eleita pelo povo.

Outro marco da resistência feroz ao poder político está em fortes setores da burocracia. Estava acostumada a propor seus planos e idéias e vê-los resolvidos — positiva ou negativamente — por um burocrata superior. Interessante que agora não aceita o mesmo jogo, mas em relação a um Congresso eleito. Continua o especialista, o técnico ou o burocrata podendo propor sua melhor idéia; quem deve resolver se ela é

prioridade ou não é o Legislativo. Como em qualquer democracia.

Isto tem causado reações veementes. Os burocratas continuam querendo estar submetidos a um tecnocrata-superior. Quando é tão melhor realizar o jogo de propor, pressionar, discutir e ganhar ou perder perante um Congresso que expressa a manifestação das urnas e da vontade popular.

São tantos os episódios recentes a revelar este tipo de inadequação democrática! O do Orçamento é uma pérola: quem deve decidir prioridades é o Congresso. O presidente da República tem a obrigação constitucional de apresentar o projeto de lei do Orçamento anual. Apresentado, até o momento de iniciar a votação na Comissão Mista, tem o direito de propor modificação (art. 166 § 5º). Quem propõe modificação não modifica; sugere a modificação para outro decidir a seu respeito. Pois não é que o Executivo resolve trocar de mensagens, o projeto de Orçamento não mais valer e em seu lugar ser imposta uma "modificação"? Como será que conseguiram ler a Constituição desta vez? Deve surgir algum parecer que seja mais uma dessas maravilhas de como ler a Constituição ao contrário do que ela diz.

O Congresso pode acertar ou errar. Os presidentes da República já não acertaram ou erraram? E os todo-poderosos ministros da área econômica, em suas várias e antagonicas gerações, também não cometeram seus graves equívocos? Cabe nos reclamar, manifestar, ponderar e criticar uma decisão congressual. Mas, respeitá-la. Agora é o Congresso, nas decisões fundamentais, que tem a competência de acertar ou errar, o risco de decidir.

O que se assiste hoje no País é a resistência a uma nova ordem constitucional, pelo que tem de belo e de sintonizado com o unânime discurso que todos um dia pronunciaram: ela é, simplesmente, democrática.

E quem é democrata no País? O Governo? Este vive naufragado no "tem que ser igual a ontem" e é capaz de qualquer coisa para manter poderes tipicamente autoritários e distorcidos. Os militares? Não mudaram a cabeça, tinham evoluído no discurso, nem neste apresentam diferenças, atualmente, em relação ao passado mais duro. A direita e a esquerda? Infelizmente, estas correntes estão derivando para o perigoso jogo do "se": a democracia serve "se" formos, no seu jogo, os vencedores.

Não há democratas sem condições. Daqueles que aceitam ganhar e perder. Os que desejam salvar as regras da disputa.

O grave quadro é reforçado pela indecisão dos congressistas em assumirem os poderes que, como constituintes, atribuíram à sua função ordinária. Demoram em responder à Nação e hesitam ao assumir o ônus de ser poder.

As instituições, marcadas por anos de autoritarismos, estão ainda desajeitadas. As pessoas parecem ofuscadas por esta tímida luz de uma aurora democrática.

Outro dia, uma entidade de grande peso nacional, a CNBB, alertou adequadamente: a Constituição está órfã. E-se forçado a reconhecer que o caso é ainda mais grave: a democracia está órfã.

□ João Gilberto Lucas Coelho é diretor do Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte (Ceac), da Universidade de Brasília (UnB).